



APRESENTAÇÃO

A primeira edição de 2016 da revista Direitos Humanos e Democracia, na busca pela consolidação deste periódico como um espaço de profícuas discussões acerca dos temas que lhe dão título, procura também responder à positiva estratificação (B2) da Revista na última avaliação do sistema Qualis Capes, de forma a colocá-la definitivamente no *ranking* das melhores publicações da área.

Em um período de instabilidade política e de intensos debates acerca desses dois eixos – direitos humanos e democracia – em nosso país, a presente edição pretende ser mais um contributo para uma das discussões mais prementes no cenário jurídico da sociedade brasileira contemporânea: a concretização da democracia e dos direitos fundamentais. Com efeito, o extenso rol de direitos previstos na Constituição Federal de 1988 ainda é entendido por muitos como um “devaneio programático” carente de sentido quando cotejado com a realidade do país. Políticas deficitárias nos setores da saúde, educação, segurança pública, tutela de minorias, dentre outras, revelam um contexto de Estado que se torna cada vez mais avaro no cumprimento de seu desiderato enquanto agente de desenvolvimento social.

Por outro lado, no contexto de intenso debate acerca dos (des) caminhos da democracia no Brasil, evidencia-se um quadro marcado por aquilo a que Pedro Demo denomina “pobreza política”, que pode ser conceituada como um estado de privação da cidadania, caracterizada pela dificuldade de formação de um povo capaz de gerir seu próprio destino

e na dificuldade de institucionalização da democracia. A pobreza política, assim, é a situação na qual uma pessoa ou grupo social assume a condição de massa de manobra, de mero *objeto* de dominação. E, como resultado da pobreza política, tem-se a delegação incondicional, pelo povo, movido por interesses que lhe são despertados pelas políticas clientelistas, de crédito ilimitado aos representantes políticos. E esse crédito é tanto mais transferido aos representantes quanto mais desprovidas estiverem as massas de competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos – como já ressaltou Bourdieu ao abordar o tema do poder simbólico.

O traço mais característico da pobreza política é, na acepção de Demo, a falta de organização da sociedade civil perante o Estado e as oligarquias econômicas, o que decorre do fato de que a pobreza política resulta na falta de consciência dela mesma. Nesse sentido torna-se possível afirmar, de acordo com Bourdieu, que, na representação política em um ambiente de pobreza política, os interesses dos governantes são impostos como sendo os interesses dos governados, dado que aqueles detêm o monopólio dos instrumentos de produção dos interesses políticos. Nesse cenário, a manipulação da consciência dos representados pode ser tão bem praticada, que o manipulado a torna conteúdo normal de sua rotina.

Nesse cenário, a passividade da população politicamente pobre, a tão exaltada não violência do povo brasileiro, constitui, no fundo, uma marca da sua subserviência diante da prepotência política. E é justamente esta subserviência que permite a acumulação de vantagens sociais por uma minoria que, na qualidade de representantes políticos, representa-se, antes de tudo, a si mesma e àqueles a si relacionados por laços pessoais.

Diante disso, coloca-se como questão fundamental a ser enfrentada pelo Estado brasileiro a incorporação efetiva da igualdade na realidade social do país, por meio da criação de políticas sociais que assegurem a todos os cidadãos condições mínimas para uma existência digna. Por outro

lado, não pode passar despercebido o fato de que os objetivos aspirados pela Constituição Brasileira não podem ser alcançados de forma imediata, mas sim a longo prazo, uma vez que pressupõem, antes de tudo, a superação dos óbices que lhes são impostos pela configuração atual da sociedade. Daí a importância de se falar na reformulação da própria estrutura da sociedade brasileira, garantindo a todos os cidadãos condições dignas de existência. Somente um modelo preocupado com a vigência de uma política de desenvolvimento social e proteção integral dos direitos humanos é que poderá conter a violência estrutural e a desigualdade, possibilitando o desenvolvimento humano. O presente número da Revista Direitos Humanos e Democracia procura, nesse sentido, cumprir com o seu papel: servir como um sólido aporte teórico para este debate.

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth

Editor